O AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: UM DIREITO FUNDAMENTAL

*Lecir Maria Scalassara **

*Valéria M. Oliveira ***

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 A Evolução dos direitos fundamentais e o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. 3 Constitucionalização do direito ambiental. 4 O direito ambiental eleito a direito fundamental na Constituição Federal Brasileira. 5 O meio ambiente como princípio da ordem econômica. 6 Conclusões.

Palavras-chave: Meio ambiente – Constituição - Direito Fundamental – Ordem Econômica.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo traçar um perfil do Direito Ambiental enquanto direito fundamental, sua inserção nas constituições, comparando a posição ocupada pelo bem jurídico “ambiente” em algumas das mais relevantes Cartas Magnas do planeta e, por fim, mais detalhadamente, o tratamento constitucional que o Brasil dispensou à proteção ambiental. Parte-se da questão da evolução dos direitos fundamentais, esboçada no primeiro capítulo, que procura destacar também a importância da Declaração do Meio Ambiente das Nações Unidas, firmada em Estocolmo, em 1972 como *start* deste direito que dá uma nova dimensão do direito à vida.

No capítulo 2 procurou-se uma digressão nas constituições estrangeiras que de alguma forma tutelam o ambiente, sem ter a pretensão

* Professora do Curso de Especialização em Direito Ambiental da PUC/PR – Campus Londrina; Professora do Departamento de Direito Privado e Processual da Universidade Estadual de Maringá – UEM; Advogada; Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina – UEL; e Mestranda em Direito na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

** Coordenadora do Curso de Especialização em Direito Ambiental da PUC/PR – Campus Londrina; Professora de Introdução ao Estudo do Direito e de Direito Ambiental na PUC/PR- Campus Londrina e no ICES – Instituto Catuaí de Ensino Superior; Advogada; e Mestranda em Direito na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

de ser um estudo de direito comparado, já que não se trata de um rol exaustivo da legislação de todos os Estados, pois não é este o objeto do trabalho.

A intenção do capítulo 3 é demonstrar que a Constituição Brasileira elevou o meio ambiente ao *status* de direito fundamental, indicou como sujeitos passivos deste direito tanto a coletividade quanto o poder público, criando, para este, mecanismos para efetivação deste direito. Além disso, deu ao meio ambiente a característica de ser intergeracional, ou seja, os titulares deste direito são não somente as pessoas que estão vivendo a presente geração, mas também aqueles que ainda não existem – as próximas gerações, o que dá uma nova dimensão a este direito e uma nova maneira de tutela, pois, uma coisa é pensar em proteger algo para quarenta anos (que é o tempo aproximado de uma geração) outra é protegê-lo para sempre.

Finalmente, no último capítulo merece destaque a norma do artigo 170 da Constituição Federal brasileira, no momento em que vincula a ordem econômica à defesa do meio ambiente, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observada, dentre outros princípios, a defesa do meio ambiente.

2 A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DIREITO AO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Cabe-nos primeiramente definir a terminologia e delinear o conceito de direitos fundamentais. Canotilho esclarece que os termos *direitos do homem* ou *direitos humanos* a despeito de serem frequentemente utilizados como sinônimos do termo *direitos fundamentais* com este não se confundem. Os “**direitos do homem** são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista)”, originários da “própria natureza humana” pelo que são de “caráter inviolável, intemporal e universal”, ao passo que “**direitos fundamentais** são os direitos do homem jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente”. São “os direitos objectivamente vigentes numa ordem jurídica concreta”¹.

¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e teoria da Constituição*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 369. No mesmo sentido: SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 30.

Também não se confundem os termos direitos fundamentais e direitos da personalidade. Muitos direitos fundamentais são direitos da personalidade, mas nem todos o são, como os “direitos políticos e os direitos a prestações por não serem atinentes ao ser como pessoa”².

Segundo Hesse³, os direitos fundamentais visam a criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana e, ainda, em outro sentido, mais específico e normativo, os direitos fundamentais são aqueles direitos que o direito vigente qualifica como tal. Alexy⁴, por sua vez, afirma, numa postura assumidamente formal, que “uma teoria dos direitos fundamentais da Lei Fundamental é uma teoria de determinados direitos fundamentais positivamente válidos”.

Bonavides apresenta como objetivos primordiais dos direitos fundamentais criar e manter pressupostos necessários a uma vida calcada na liberdade e na dignidade da pessoa humana e apoiado na teoria de Carl Schmitt apresenta dois critérios de caracterização desses direitos. Pelo primeiro seriam direitos fundamentais todos os direitos e garantias positivados na Constituição e pelo segundo seriam direitos fundamentais os direitos que receberam um grau hierárquico superior de garantia ou de segurança⁵.

Para Canotilho ainda há os direitos fundamentais sem assento constitucional que seriam “outros direitos fundamentais constantes de leis e regras aplicáveis de direito internacional” admitidos pela Constituição através da chamada *cláusula aberta*⁶, que por estarem previstos em normas sem forma constitucional são denominados de “**direitos materialmente fundamentais**”. Trata-se de direitos “equiparáveis pelo seu objeto e importância aos diversos tipos de direitos formalmente fundamentais”⁷.

Com efeito, direitos fundamentais são aqueles intrínsecos do homem, que por seu conteúdo e importância foram positivados na Constituição estando garantidos por esta e limitados por um espaço e um tempo determinados (direitos fundamentais formalmente constitucionais), bem como os direitos que previstos em normas de direito internacional,

² CANOTILHO, José Joaquim Gomes, op. cit., p. 372.

³ HESSE, Konrad, Grundrechte, in Staatslexikon, Herausgegeben Von Goeresgesellschft, Bd. 2.7. Auflage, 1986.

⁴ ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Madrid, 2001, p. 64

⁵ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 472 apud MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Meio ambiente: direito e dever fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 67.

⁶ A título de exemplo: art. 16 da Constituição de Portugal e art. 5º, § 2º da Constituição Brasileira.

⁷ CANOTILHO, José Joaquim Gomes, op. cit., p. 379.

que mesmo sem assento constitucional, por seu conteúdo e importância, são equiparados aos primeiros, e agregados à Constituição através de cláusula aberta⁸.

Os direitos fundamentais ainda são considerados como valores históricos e filosóficos que nos conduzirão à universalidade inerente a esses direitos como ideal da pessoa humana, universalidade que se manifestou pela primeira vez na declaração universal dos direitos do homem em 1789, onde os direitos do homem se mostraram naturais, inalienáveis e sagrados.

Por serem históricos, são os direitos fundamentais mutáveis, suscetíveis de transformação e ampliação. Assevera Norberto Bobbio⁹ que "os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana" e, ainda, que "o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e poderes".

O texto base ou ponto de partida na proclamação e reconhecimento internacional dos direitos humanos é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. O objetivo principal é assegurar a dignidade inerente a todos os membros da espécie humana através do reconhecimento de seus direitos iguais e inalienáveis.

Para demonstrar a evolução desses direitos e chegarmos ao direito fundamental do ambiente, passaremos a tratar da idéia de dimensão¹⁰ dos direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais passaram por várias transformações desde que foram reconhecidos como direitos constitucionais. Mudanças

⁸ No mesmo sentido: Direitos fundamentais são "... todas aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas, que do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, por seu conteúdo e importância (fundamentalidade em sentido material), integradas ao texto da Constituição e, portanto, retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos (fundamentalidade formal), bem como as que, por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparados, agregando-se à Constituição material, tendo, ou não, assento na constituição formal [...]" (SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 80).

⁹ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campos, 1992, p. 16.

¹⁰ Usaremos o termo *dimensões* para denominar os vários períodos de desenvolvimento dos direitos fundamentais, destacando que alguns autores preferem o termo *gerações*. Segundo MEDEIROS o termo *gerações* passa a idéia de fatos e situações que se sobrepuseram cronologicamente, ao passo que *dimensões* indica a possibilidade de evolução e expansão dos direitos fundamentais, sem que passe a idéia de substituição ou exclusão. (MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Meio ambiente: direito e dever fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 68).

que atingiram o seu conteúdo, titularidade, eficácia e efetividade, podendo ser dispostos em dimensões em que os direitos são agrupados de acordo com o seu conteúdo, referindo-se à natureza do bem protegido e do objeto de tutela, bem como de acordo com as alterações originadas pelo reconhecimento de novas necessidades básicas da sociedade na qual estão inseridos¹¹. Temos três dimensões de direitos fundamentais, havendo quem fale em na quarta¹².

São considerados direitos fundamentais de primeira dimensão os direitos de cunho individualistas que foram reconhecidos pelas Constituições e que são produtos do pensamento liberal-burguês do século XVIII. Direitos que tinham como função defender o indivíduo em relação ao poder do Estado. São ainda considerados direitos de cunho negativo, pois exigem uma conduta de abstenção do Poder Público e não uma ação positiva. Destacam-se os direitos à liberdade, à vida, à propriedade e à igualdade perante a lei. Direitos que correspondem à fase inicial do constitucionalismo, mas que continuam a integrar as atuais constituições ainda que com alteração de algum conteúdo ou significado¹³.

São considerados direitos fundamentais de segunda geração aqueles denominados de direitos positivos¹⁴ que atribuem ao Estado uma atitude positiva na realização da justiça social. Dominaram o século XX e são chamados de direitos sociais, culturais e econômicos. São direitos que foram positivados no segundo pós-guerra e através dos quais se pretendia evitar uma ação estatal na esfera privada e individual e fazer com o Estado possibilitasse ao indivíduo o bem estar social. Destacam-se os direitos às prestações estatais, como assistência social, a saúde, a educação e o trabalho, bem como agregam as denominadas “liberdades sociais”, consistentes na liberdade de sindicalização, o direito de greve, o direito de férias, dentre outros. Como os direitos de primeira geração são direitos que se reportam ao indivíduo¹⁵.

¹¹ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de, op. cit., p. 69. (posicionamento extraído com fundamento na lição de José Afonso Silva e Ingo Sarlet)

¹² Quarta dimensão que seria composta pelos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo. BONAVIDES, Paulo, op. cit., p. 526 apud MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de, op. cit., p. 75. José Rubens Morato Leite também entende que o Meio Ambiente é um direito de quarta geração, tratando-se de um “direito fundamental intergeracional, intercomunitário, incluindo a adoção de uma política de solidariedade”. In *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

¹³ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de, op. cit., p. 70-71.

¹⁴ Na realidade, a despeito de possuir cunho positivo, a segunda dimensão abrangem direitos que vão além da natureza meramente prestacional.

¹⁵ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de, op. cit., p. 71-72.

Os direitos de terceira geração são chamados de direitos de fraternidade e de solidariedade em razão de ter como função primordial a defesa do gênero humano. São direitos de titularidade coletiva e difusa destinando-se à proteção de grupos humanos como a família, o povo, a nação etc. São dotados de conteúdos altamente humano e universal e se caracterizam por possuir titularidade coletiva, sendo esta, às vezes, até mesmo indefinida ou indeterminável. Destacam-se os direitos à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à qualidade de vida, ao patrimônio comum da humanidade, ao direito de comunicação e em especial ao direito ao ambiente¹⁶.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a inserção do direito ao ambiente entre os direitos fundamentais de terceira geração: "Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: a consagração constitucional de um típico direito de terceira geração"¹⁷.

Destarte, temos a primeira característica do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de terceira geração, pois cuida não só da proteção do meio ambiente em prol de uma melhor qualidade de vida da sociedade atual, como também das futuras gerações, caracterizando, assim, um sentimento de solidariedade.

A respeito do surgimento de novos direitos, e mais especificamente da proteção ao ambiente Norberto Bobbio¹⁸ observa que "nos movimentos ecológicos, está emergindo quase um direito da natureza a ser respeitada ou não explorada, onde as palavras 'respeito' e 'exploração' são exatamente as mesmas usadas tradicionalmente na definição e justificação dos direitos do homem".

As preocupações voltadas à proteção do meio ambiente em função da sadia qualidade de vida são recentes e decorrentes desta evolução histórico-valorativa. A Declaração do Meio Ambiente, adotada pela Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, 1972, extensão da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu expressamente no Princípio I¹⁹ esse novo direito fundamental. Declaração que é

¹⁶ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de, op. cit., p. 73-75. No mesmo sentido: Paulo Bonavides para quem esses direitos de terceira geração são dotados de alto teor de humanismo e universalidade e têm por destinatário o "gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de sua existencialidade concreta." (BONAVIDES, Paulo, op. cit., p. 58).

¹⁷ (RTJ 155/206)

¹⁸ BOBBIO, Norberto, op. cit., p. 45.

¹⁹ *In verbis* o princípio I da Conferência de Estocolmo: O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio cuja qualidade lhe permite levar uma vida digna e gozar de bem-estar e tem a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presentes e futuras. A este respeito as políticas que promovam ou perpetuem o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira continuam condenadas e devem ser eliminadas (grifo nosso).

reconhecida como marco teórico na evolução do direito ambiental. A partir de então, as nações passaram a compreender que nenhum esforço, isoladamente, seria capaz de solucionar os problemas ambientais do Planeta e a reconhecer a necessidade de uma aliança global para a preservação do ambiente.

Além de reconhecer o caráter de direito fundamental do ambiente ao declarar que “O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio cuja qualidade lhe permite levar uma vida digna e gozar de bem-estar e tem a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presentes e futuras” a Declaração de Estocolmo de 1972 também forneceu os elementos que compõe o conceito do direito ao ambiente, a partir de então concebido: “a sua inserção no âmbito dos direitos do homem, a definição do conteúdo do direito, a obrigação para cada um de o proteger, o objectivo de proteger as gerações presentes e futuras”²⁰.

Em consequência da Conferência de Estocolmo e da necessidade universalização do conceito da proteção ambiental ocorreu um movimento de constitucionalização do direito ambiental, impondo-se ao Estado, às pessoas coletivas, bem como aos cidadãos, a abstenção de comportamentos que determinem danos ao ambiente e ainda de forma positiva, a implementação de medidas mitigadoras destes danos.

3 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL

Anteriormente à Conferência de Estocolmo, a tutela da natureza fazia-se por meio de normas de direito privado, estas protegendo as relações de vizinhança, e por vezes de direito penal ou administrativo, sempre visando sancionar o mau uso dos recursos naturais em moldes a causar danos a terceiros.

A Suíça²¹ desde 1957 vem emendado sua *Constituição*, visando estabelecer normas de proteção ambiental, sem embargo de que o seu art. 24 já dispusesse sobre a proteção das florestas, especialmente nas regiões em que cursos d'água tenham nascentes. Mas foi a emenda de 1957 que

²⁰ ROCHA, Mário de Melo. *A avaliação de impacto ambiental como princípio do direito do ambiente nos quadros internacional e europeu*. Porto: Universidade Católica, 2000, p. 19.

²¹ Digressão histórica aferida a partir da análise dos seguintes textos bibliográficos: PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 63-80; GAVIÃO FILHO, Anizio Pires. *Direito fundamental ao ambiente*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 21-25; SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 43-46.

iniciou a série de dispositivos que voltados, deliberadamente, para a proteção de recursos ambientais, tais quais, art. 24-quarto, art. 24-sexto, art. 24-sétimo.

Porém no sentido mais caracteristicamente ambientalista a primazia cabe à *Constituição da Bulgária* de 1971, que, em seu art. 31, declara que a proteção, a salvaguarda da natureza e das riquezas naturais, da água, ar e solo, incumbe-se aos órgãos do Estado e é dever também de cada cidadão.

Mas somente a partir de 1972 as Constituições passaram a tutelar o ambiente como bem jurídico autônomo. A *Constituição do Chile*, de 1972, assegura a todas as pessoas um ambiente livre de contaminação, impondo ao Estado o dever de velar para que esse direito não seja transgredido, faculta-se ao legislador estabelecer restrições específicas ao exercício de determinados direitos ou liberdades, restrições essas tendentes à proteção do ambiente – art. 19.8.

Já na *Constituição do Panamá*, também de 1972, estabelece como dever fundamental do Estado propiciar um meio ambiente sadio e combater a poluição – art. 114 e 117.

A *Carta da Iugoslávia* de 1974, dentre outras exposições, estabelece que o homem tem direito a um ambiente de vida sadio. A comunidade social assegura as condições necessárias ao exercício desse direito – art. 192, pelo art. 193, todos os que exploram o solo, as águas e outros recursos naturais são obrigados a assegurar as condições indispensáveis ao trabalho e à vida do homem em um meio são, onde todos têm o dever de preservar a natureza e os seus bens, as raridades e os lugares pitorescos naturais e os monumentos culturais, já o art. 235, confere ao Ministério Público o dever de tomar as medidas legais de amparo aos interesses da comunidade.

A *Constituição de Grécia* de 1975, na parte reservada aos direitos individuais e sociais, aponta a obrigação do Estado de proteger o ambiente, conforme dispõe o art. 24.

Em Portugal, o legislador constituinte de 1976 inscreveu o direito fundamental do homem à qualidade do meio ambiente entre os direitos e deveres sociais, estabelecendo o art. 66, que todos tem direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbe também ao Estado, por meio de organismo próprio e por apelo às iniciativas populares: a) prevenir e controlar a poluição e seus efeitos e as formas prejudiciais à erosão; b) ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas; c) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de

interesse histórico ou artístico; d) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.

A *Polônia*, através da Emenda Constitucional de 1976, conferiu melhor proteção aos elementos naturais e atribuiu aos cidadãos o direito de usufruir de um ambiente natural e o dever de defendê-lo – arts. 11 e 12.

A *Constituição da Argélia, também de 1976*, estatiza as terras pastoris e agrícolas, as florestas, as águas, o subsolo, as riquezas minerais e naturais do país – art. 14, bem como atribui à Assembléia Popular Nacional a competência legislativa sobre a política de ordenamento do território, do ambiente e da qualidade de vida, sobre a proteção da fauna, da flora, do patrimônio cultural e histórico, sobre o regime geral das florestas e das águas – art. 151.

A *Constituição da União Soviética de 1977 – atualmente revogada*, em seu art. 18 estabeleceu que no interesse da presente e das futuras gerações se adotam na URSS as medidas necessárias para a proteção e uso racional, cientificamente fundamentado, da terra e do solo, dos recursos hídricos, da flora, da fauna, para conservar limpos o ar e a água, assegurar a reprodução das riquezas naturais e o melhoramento do meio ambiente.

A *Constituição Espanhola de 1978 também*, de acordo com o pensamento de vários doutrinadores, é fonte imediata da Carta Política Portuguesa, onde se tem as palavras do Professor Milaré²², “sintetizando as tendências nacionais urgidas após o longo período de ditadura franquista e, no particular inspirada na Constituição portuguesa, estabelece, no art. 45...”, nesse mesmo sentido as lições de José Afonso da Silva²³, “Certamente que nesse dispositiva Constituição Portuguesa se encontra a fonte imediata do art. 45 da *Constituição Espanhola*, de 1978, que traz regras bastante semelhantes...”.

O dispositivo retro por sua vez traz que, todos têm direito a desfrutar de um meio ambiente adequado ao desenvolvimento da pessoa, assim como o dever de conservá-lo, afirma também a necessidade de velar pela utilização racional dos recursos naturais e do solo, com o fim de preservar e melhorar a qualidade de vida, defendendo e restaurando o meio ambiente – art. 45, n.2 e 47, estipula também, as sanções penais, civis e administrativas contra quem violar os deveres mencionados – art. 45, n. 3, assegura ainda, a tutela patrimônio histórico, cultural e artístico –

²² MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 209.

²³ SILVA, José Afonso da, op. cit., p. 45.

art. 46, bem como confere às comunidades autônomas competência sobre montanhas, aproveitamento de florestas, proteção do meio ambiente, pesca fluvial, caça, saúde e higiene – art. 148. Por fim, atribui ao Estado, competência sobre pesca marítima, para legislar sobre o meio ambiente – sem prejuízos das comunidades autônomas estabelecerem normas adicionais de proteção – montanhas, florestas, defesa do patrimônio cultural, artístico e monumental – art. 149.

A *Carta Política do Peru de 1980* dispõe que todos têm direito de viver em um ambiente saudável, ecologicamente equilibrado e adequado para o desenvolvimento da vida e a preservação da paisagem e da natureza, sendo dever do Estado prevenir e controlar a poluição ambiental – art. 123.

Terminando a viagem pelas Constituições Internacionais, tem-se à *Chinesa de 1982*, que após declarar serem de propriedade coletiva os recursos naturais e ambientais – art. 9, dispõe que o Estado protege e melhora o meio ambiente e o ambiente ecológico e previne e elimina a poluição ambiental e outros males comuns, assim como organiza e estimula o reflorestamento e protege tanto os bosques como as árvores – art. 26.

Por esse breve e sistematizado estudo, percebe-se que grande parte dos Países do Planeta Terra, já elevaram o meio ambiente ecologicamente sadio e equilibrado como direito constitucional e fundamental, sendo todos obrigados a preservar o ambiente além do presente, também para as futuras gerações, ato que se não for colocado em prática, comprometerá drasticamente a existência do ser humano.

4 O DIREITO AMBIENTAL ELEITO A DIREITO FUNDAMENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

O legislador constitucional brasileiro buscou inspiração nas Constituições da Grécia, de 1975, de Portugal, de 1976 e de Espanha, de 1978. A intenção foi dar uma resposta clara a grave questão ambiental, como requisito indispensável para a garantia de um sadia qualidade de vida, "como consequência lógica da própria concepção de Estado de direito, social e democrático".

Desta forma, o constituinte brasileiro reservou todo um capítulo, consubstanciado no artigo 225, a fim de elevar o ambiente a direito fundamental e traçar as diretrizes para a efetivação deste direito. Frise-se que esta norma se insere no capítulo VI do título VIII sobre a ordem social, o que revela ser o meio ambiente um direito social do homem, conforme observa José Afonso da Silva²⁴. A norma do artigo 225 da Constituição Federal²⁵ estabelece que todos têm direito ao meio ambiente

²⁴ SILVA, José Afonso da, op. cit., p. 46.

²⁵ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade;

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º. A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Segundo José Afonso da Silva²⁶ encontramos neste artigo três conjuntos de normas, a saber: 1º - encontra-se no *caput* onde se inscreve a norma matriz, reveladora do um direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; 2º - encontra-se no § 1º, com seus incisos, que versa sobre os instrumentos de garantia e efetividade do direito enunciado no *caput* do artigo; 3º - compreende um conjunto de determinações particulares, em relação a objetos e setores, referidos nos §§ 2º a 6º, que por tratarem de área e situações de elevado conteúdo ecológico, mereceram, desde logo, proteção constitucional.

Dentre as inovações²⁷ trazidas pelo artigo 225 pelo podemos destacar a criação de um direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. De acordo com Antunes²⁸ desta condição resulta que estas normas que consagram o direito ao meio ambiente sadio são de eficácia plena e não necessitam de qualquer norma subconstitucional para que operem efeitos no mundo jurídico²⁹. O direito fundamental ao ambiente apresenta um caráter duplo, configurando ao mesmo tempo, um direito subjetivo e um elemento da ordem objetiva³⁰. O direito fundamental ao ambiente configura um direito subjetivo no sentido de que todos os indivíduos podem pleitear o direito de defesa contra aqueles atos lesivos ao ambiente. Isso pode ser demonstrado pela norma contida no art. 5º, LXXIII, da CRB, que legitima o cidadão a promover ação popular para anular ato lesivo ao ambiente. O direito fundamental ao ambiente como um elemento de ordem objetiva tem seu conteúdo expresso nas incumbências, a cargo do Estado, tendentes a assegurar a todos a realização do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal³¹, reconhecendo o direito ao ambiente como sendo um verdadeiro direito fundamental considera o “direito ao ambiente ecologicamente equilibrado” como um

§ 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

²⁶ SILVA, José Afonso, op. cit., p. 52.

²⁷ De acordo com o magistério de MILARÉ, Edis, op. cit., p. 235.

²⁸ ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004, p. 72.

²⁹ O artigo 5º, § , da Constituição Federal, estabelece que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

³⁰ GAVIÃO FILHO, Anizio Pires. *Direito fundamental ao ambiente*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 39.

³¹ Cf. STF. Man. Seg. 22164/SP. DJU 17 nov. 1995, p. 39.206.

“direito de terceira geração” de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído não ao indivíduo identificado na sua singularidade, mas num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social.

Temos também, como conseqüência da elevação do direito ambiental à categoria de direito fundamental a imposição ao poder público da obrigação de preservar e proteger o ambiente. Tal obrigação se trata de um dever constitucional, geral e positivo, representado por verdadeiras obrigações de fazer, de zelar pela defesa e preservação do meio ambiente, consubstanciadas no parágrafo 1º, do artigo 225, em uma série de comandos para o legislador ordinário e para o administrador. É através da obediência aos comandos constitucionais que o direito ao meio ambiente pode ser tornar um elemento da vida real. Os instrumentos são constitucionais, são as ferramentas com as quais o direito se materializará³².

A ação do poder público nesta área não é discricionária, mas vinculada. Sai-se da área da conveniência e oportunidade para se ingressar num campo estritamente delimitado, o da imposição. Não pode o poder público deixar de zelar e proteger o ambiente a pretexto de que não está entre suas prioridades públicas, ele não atua porque quer, mas porque está compelido pela norma maior.

O controle judicial dos atos administrativos relativos a questões ambientais não pode se dirigir apenas à avaliação da legalidade do ato impugnado, da conformação do ato à lei, mas também e precipuamente à sua conformação e pertinência com os objetivos propostos pela Constituição Federal³³.

Objetivando demonstrar a visão do STJ sobre a matéria, especificamente a respeito do alcance dos efeitos da norma de direito fundamental que prevê a proteção ao meio ambiente Ayala e Morato³⁴ analisaram dois acórdãos produzidos no Resp 169876/SP e no Resp 88.776/GO que apresentam soluções diversas para o mesmo problema.

No primeiro recurso o julgamento reafirmou a tese publicista de proteção da liberdade de descrição de opções do administrador público na destinação dos recursos necessários à execução das finalidades públicas do ato, ou seja, considerou ilegítima a interferência de qualquer dos poderes públicos na orientação da ordenação da despesa pública,

³² ANTUNES, Paulo de Bessa, op. cit., p. 72.

³³ LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. *Direito Ambiental na sociedade de risco*. São Paulo: Forense Universitária, 2002, p. 217.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 214-219.

independentemente da espécie ou natureza do objetivo que fundamente a interferência.

Trata o caso de sérios problemas urbanos que acentuavam prejuízos urbanísticos e ambientais constatados no loteamento “Conjunto Movimento Unido” construído por iniciativa do município de São Paulo, por meio do programa Mutirão, foi proposta pelo Ministério Público ação civil pública, que foi julgada procedente, impondo à administração a obrigação de fazer, no prazo máximo de dois anos, das medidas necessárias à regularização urbana ambiental do loteamento. Ao julgar o recurso Especial interposto, o STJ decidiu pela proibição da interferência de qualquer dos poderes de Estado nas matérias circunscritas à liberdade discricionária do Poder Público, dando provimento ao recurso.

O relator Min. José Delgado entendeu que é vedada a interferência de poderes ainda que evidenciado ilícito na atividade empreendida, expondo que “o controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, em nosso ordenamento jurídico, não permite que o Executivo seja substituído, na execução de suas atividades de administração, pelo Poder Judiciário. Este, no exercício de uma função constitucional, exerce, apenas, o controle sobre a competência, forma, finalidade, motivo e objeto do ato administrativo.” Devendo “ser respeitada a autonomia do Executivo em definir, no uso de sua atividade discricionária, da conveniência e oportunidade de atuar, tudo vinculado à previsão orçamentária e ao programa de governo.

Este não é o entendimento de Colaço Antunes³⁵ para quem “a discricionariedade não significa ausência do direito, nem, portanto, de controlo judicial”. Além do mais, tal decisão está mais em consonância com os contornos do Estado Liberal do que com a teoria Constitucional contemporânea que atualmente vem abrindo espaço à crescente afirmação dos direitos fundamentais.

A força impositiva dos direitos fundamentais além de revelar uma diretividade constitucional oponível perante o legislador, também vincula o administrador, indicando as diretrizes de uma postura democrática fundada nos direitos fundamentais que deve fundamentar a sua relação com a coletividade, ainda quando estiver no exercício de poderes discricionários.

Acertadamente decidiu o mesmo STJ um ano antes no Resp. 88.776/GO, em ação civil pública promovida pelo Ministério Público que pretendia a regularizar o sistema de esgoto sanitário do presídio masculino. Ação que teve a petição indeferida pelo Juízo Monocrático,

³⁵ ANTUNES, Luís Felipe Colaço. *O procedimento administrativo de avaliação do impacto ambiental – para uma tutela preventiva do meio ambiente*. Coimbra: Livraria Almedina, 1998, p. 241.

sob o fundamento de que o que se buscava naquela ação era a invasão do Poder Judiciário nas privativas atribuições do Poder executivo. Indeferimento confirmado pelo tribunal de Justiça.

Ao decidir o Resp 88.776/GO, o STJ entendeu que “frente os objetivos traçados pelo art. 225, CRB, o dever de proteção do ambiente, fundado no sistema de responsabilidades compartilhadas, impõe-se à administração pública, em todos os momentos de sua atividade, importando concluir que, principalmente na execução de suas funções, não pode deixar de atuar o dever de proteção”. O min. Ari Pargendler utilizou em seu voto como importante *topoi* de argumentação o juízo de paridade e equivalência da obrigação do estado e particular perante a lei, entendendo que se o estado de Goiás edificou obras públicas em presídio sem dotá-las de um sistema de esgoto sanitário adequado, houve um atentado contra o meio ambiente e a ação civil pública é a via própria para remover a causa dos danos³⁶.

Podemos concluir a partir desta decisão, que o administrador público, no poder de sua discricionariedade, não pode fazer opções ilegais ou inconstitucionais, produzindo resultados ilícitos. Principalmente em face da eficácia dos direitos fundamentais que vinculam as atividades dos poderes públicos e dos particulares.

Relevante destacar também que, a partir da CF de 88 o cidadão deixa de ser mero titular (passivo) de um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas passa também a ter titularidade de um dever, o de “defendê-lo e preservá-lo”. Depara-se com a institucionalização dos deveres fundamentais ecológicos, nas palavras de Canotilho³⁷, “fala-se hoje de um comunitarismo ambiental ou de uma comunidade com responsabilidade ambiental assente na participação activa do cidadão na defesa e protecção do meio ambiente”. Tais deveres fundamentais ecológicos seriam expressos na seguinte proposição: “age de forma a que os resultados da tua acção que usufrui dos bens ambientais não sejam destruidores destes bens por parte de outras pessoas da tua ou das gerações futuras”³⁸.

³⁶ Processo civil. Ação civil pública. Danos ao meio ambiente causados pelo Estado. Se o estado edifica obra pública – no caso, um presídio – sem dotá-la de um sistema de esgoto sanitário adequado, causando prejuízos ao meio ambiente, a ação civil pública é, sim, a via própria para obrigá-lo às construções necessárias à eliminação dos danos; sujeito também às leis, o Estado tem, nesse âmbito, as mesmas responsabilidades dos particulares. Recurso especial conhecido e provido. (STJ/2ª T.; Resp. 88776/96 – GO; Rel. Min. Ari Pargendler; DL 09/06/1997, p. 25501).

³⁷ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado constitucional ecológico e democracia sustentada. LEITE, José Rubens Morato (Org.). *Estado de Direito Ambiental: tendências*. São Paulo: Forense Universitária, 2004, p. 9.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 10.

Estes deveres fundamentais ecológicos nos remetem, a uma das mais importantes inovações trazida pelo artigo 225 da constituição brasileira consiste no fato de que os titulares do bem jurídico ambiente de acordo com o artigo em questão não são apenas os cidadãos do país, mas, por igual, aqueles que ainda não existem – as futuras gerações. O meio ambiente passou a ser um direito denominado também de intergeracional, sendo esta uma das mais inovadoras características do direito ambiental.

Justifica-se este novo paradigma já que as presentes gerações não podem deixar para as futuras uma herança de déficits ambientais ou do estoque de recursos e benefícios inferiores aos que receberam das gerações passadas. Esse é um princípio de justiça e equidade que nos obriga a simular um diálogo com nossos filhos e netos na hora de tomar decisão que lhes possa prejudicar seriamente³⁹.

Não há nenhum fundamento para se dar preferência à atual geração em detrimento das que a seguirão no gozo e uso do planeta. Porém, conforme assevera José Adércio Leite Sampaio⁴⁰ “como ações isoladas não podem resolver o problema a contento, somente uma cooperação internacional, inclusive no sentido de reduzir a pobreza no mundo, conseguirá garantir que o futuro não nos cobre pelo descumprimento do dever fiduciário e pela ruína de seus destinos”.

5 O MEIO AMBIENTE COMO PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA

Merece destaque a norma do artigo 170 da Constituição Federal brasileira, no momento em que vincula a ordem econômica à defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.⁴¹

³⁹ KISS, Alexandre. *Direito Internacional do Ambiente*. In: Textos. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1996, p. 90.

⁴⁰ SAMPAIO, José Adércio Leite. *Princípios de Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 57.

⁴¹ **Art. 170** - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (alterado pela EC-000.042-2003)

A inserção do meio ambiente como princípio da ordem econômica, como se deu no artigo 170 da Constituição Federal significa a opção por um modelo de desenvolvimento sustentável, pretendendo conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos ambientais. Percebe-se que o comando constitucional tem o sentido de exigir a conciliação de dois valores fundamentais aparentemente conflitantes: desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

No Brasil, a exemplo da experiência vivenciada nos demais países industrializados, o desenvolvimento econômico representou quase sempre a degradação do meio ambiente. Enquanto fundava-se a economia da exportação de produtos primários, a extração ocorreu sem qualquer preocupação com o esgotamento dos recursos. Foi essa a realidade na exploração colonial do pau-brasil, verificada ainda hoje na exploração de madeiras em nossas exuberantes florestas, a despeito do novo discurso preservacionista.

Também não houve preocupação com o meio ambiente a partir do processo de industrialização, quando a natureza passou a ser vista e usada como recurso. Essa realidade está demonstrada na poluição do ar, dos rios e outros recursos hídricos pelas indústrias e enormes aglomerados urbanos que se formaram. Com a elevação do direito ambiental a direito fundamental se pretende modificar essa ética que permitia ao homem subjugar o meio ambiente em função do desenvolvimento social.

Como visto acima, o art. 225 da CF elegeu o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à categoria de direito fundamental, bem como impôs o dever de proteção e preservação do mesmo para as presentes e futuras gerações ao Estado e a coletividade e o art. 170 da CF o elegeu a princípio da ordem econômica constitucional juntamente com o princípio da livre iniciativa.

O princípio da livre iniciativa garante a liberdade de acesso ao mercado e a permanência no mesmo. A *liberdade de acesso ao mercado* significa a liberdade de indústria e comércio com a ausência de intervenção do Estado. A *liberdade de permanência no mercado* equivale à livre concorrência, ou seja, a liberdade do exercício da atividade

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei."

econômica sem a ingerência do Estado e livre de óbices impostos pelos demais agentes do mercado⁴².

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no art. 225 da CF, além de demonstrar a dupla dimensão dos direitos fundamentais, subjetiva⁴³ e objetiva⁴⁴, esse direito “se desdobra no dever do Poder Público, no âmbito de sua competência legislativa ou executiva, atuar com o objetivo de criar condições para a sua efetivação, [...] se revelando” também em uma norma-objetivo⁴⁵. A efetividade do direito a uma sadia qualidade de vida está adstrita à observação dos objetivos elencados nos parágrafos e incisos do art. 225, da CF, ou seja, à prática de políticas públicas eficientes inteiradas com a atividade privada.

Em um primeiro momento pode parecer que existe incompatibilidade entre as disposições constantes do art. 225 e seus incisos e o estatuído no art. 170, da CF, entretanto, na visão de DERANI, os princípios fundados na liberdade da livre iniciativa e na liberdade de disposição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado não se encontram em contradição (visão simplista), mas são aspectos inseparáveis de uma realidade que mantêm a tensão entre tais valores. Ambos possuem a força imperativa da Constituição⁴⁶.

GRAU, ao interpretar os princípios da ordem econômica, ressalta o fato do constituinte ter transportado princípios de outros capítulos para o que trata da ordem econômica, e ressalta que os princípios devem ser ponderados em conjunto se o que se pretende é uma definição da ordem econômica constitucional,⁴⁷ bem como destaca o fato do artigo 170, da Constituição Federal brasileira, designar a forma em que se reveste a economia brasileira, afirmando ser este um enunciado de cunho normativo, que deverá ser lido: “as relações econômicas – ou a atividade econômica – deverão ser (estar) fundadas na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim (fim delas, relações econômicas ou atividade econômica) assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados” os princípios elencados no artigo: “a soberania nacional, a propriedade e a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a

⁴² BRUNA, S. V. *O poder econômico e a conceituação do abuso em exercício*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 134-135.

⁴³ O cidadão volta-se contra o Poder Público ou contra o poluidor para fazer valer o seu direito.

⁴⁴ O cidadão tem a faculdade de participar das decisões administrativas.

⁴⁵ DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001, p. 233-234.

⁴⁶ DERANI, Cristiane, op.cit., p. 238.

⁴⁷ GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988: intervenção e crítica*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 230-231.

defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte”⁴⁸.

A Constituição da República de 1988, no art.1º, III, erigiu o princípio da dignidade da pessoa humana entre os fundamentos da República Federativa do Brasil e, ainda, no art.170, *caput*, elegeu o mesmo princípio como “fim da ordem econômica” (mundo do ser), pelo que se conclui que no exercício da atividade econômica, tanto o setor público como o privado, está totalmente comprometido com o desenvolvimento de programas que promovam a existência digna a todas as pessoas, sob pena de violação ao princípio duplamente contemplado⁴⁹.

A conclusão acima é fortalecida se aplicada à classificação de princípios de Canotilho⁵⁰, enquadrando-se o “princípio da dignidade da pessoa humana”, na previsão Constitucional, do art. 1º, III, como um “princípio político constitucionalmente conformador”⁵¹ e na previsão do art. 170, *caput*, como um “princípio constitucional impositivo”⁵², também chamado princípio diretivo fundamental⁵³, ao qual subsimem-se todos os princípios que no âmbito da constituição dirigente impõem aos órgãos do

⁴⁸GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988: intervenção e crítica*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 214.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 218.

⁵⁰ CANOTILHO, tendo como objeto de estudo a constituição de Portugal, classifica os princípios jurídicos constitucionais em:

a) *princípios jurídicos fundamentais*, como sendo os princípios historicamente objectivados e progressivamente introduzidos na consciência jurídica geral e que encontram uma recepção expressa ou implícita no texto constitucional. Inclui nesta categoria o princípios da proibição de excesso, do acesso ao direito e aos tribunais, da imparcialidade da administração e da publicidade dos atos jurídicos;

b) *princípios políticos constitucionalmente conformadores*, como sendo os princípios constitucionais que explicitam as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte. Incluindo nesta categoria, os princípios que definem a forma do estado, entre eles os estruturantes do estado e do regime político representados pelos princípios democrático e republicano, etc, bem como a forma de governo e da organização política, representadas pelos princípios da separação de poderes e eleitorais;

c) *princípios políticos constitucionais impositivos*, também chamados princípios diretivos fundamentais, como sendo os princípios que subsumem-se todos os princípios que no âmbito da constituição dirigente impõem aos órgãos do Estado, sobretudo ao legislador, a realização de fins e a execução de tarefas;

d) *princípios-garantia*, como sendo outros princípios que visam instituir directa e imediatamente uma garantia dos cidadãos, sendo _princípios aos quais é atribuída a densidade de autêntica norma jurídica; entre eles os princípios do juiz natural, do *in dubio pro reo*, etc. (CANOTILHO, J. J. G. *Direito Constitucional*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1980, p. 200-203)

⁵¹ Princípios constitucionais que explicitam as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte.

⁵² Nesse sentido: GRAU, Eros Roberto. *Direito Urbano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983, p. 271.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 217.

Estado, sobretudo ao legislador, a realização de fins e a execução de tarefas”⁵⁴.

DERANI dá a denominação de *princípio-essência* aos *princípios conformadores* e aos *princípios impositivos* de Canotilho, definindo-o como “prescrições normativas constitucionais, destinadas a traduzir valores sobre os quais se forma uma sociedade”, classificando como tais os princípios elencados no *caput*, do art. 170 da CF e denomina de *princípios-base* “as prescrições destinadas a estruturar a organização da sociedade ou de determinada atividade que a integra. [...] garantem à sociedade uma estrutura específica de atuação”, classificando como tais os princípios elencados nos incisos do art. 170, da CF. Concluindo, ao final, que a modificação dos princípios-base reflete na forma de organização da sociedade e a modificação dos princípios-essência altera o caráter essencial de uma sociedade, sendo que a ordem constitucional é formada pela conjugação dos princípios-base e dos princípios-essência.⁵⁵

Para a Autora a “essência da ordem econômica, a sua finalidade máxima, está em assegurar a todos existência digna” pelo que a livre iniciativa se compreende atendendo àquele fim, bem como “a razão de garantir a livre disposição das presentes e futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, tem em vista, em última instância, a mesma finalidade de uma existência digna a todos”, sendo os dois princípios necessários à consecução da finalidade essencial da ordem econômica constitucional⁵⁶.

No dizer de Eros Roberto Grau⁵⁷, a Constituição ofereceu vigorosa resposta aos que propõem a exploração predatória dos recursos naturais. O princípio recebe maior nível de concreção na norma-matriz do artigo 225, bem como em outras que constituem expressas referências ao meio ambiente, como os artigos 5º, LXXIII, 20, 23, VI e VII, 24, VIII, 91, § 1º, III, 129, III, 186, II, 200, VIII, e 231, da Constituição Federal.

Complementa o ilustre professor da Universidade de São Paulo, que “o princípio da defesa do meio ambiente conforma ordem econômica (mundo do ser), informando substancialmente os princípios da garantia do desenvolvimento e do pleno emprego. Além do objetivo, em si, é instrumento necessário - e indispensável - à realização do fim dessa ordem, o de se assegurar a todos existência digna”⁵⁸.

⁵⁴ CANOTILHO, J. J. G. *Direito Constitucional*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1980, p. 202.

⁵⁵ DERANI, C. *Op. cit.*, p. 250-2.

⁵⁶ DERANI, C. *Op. cit.*, p. 237-8.

⁵⁷ GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988: intervenção e crítica*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 275.

⁵⁸ *Idem*, *ibidem*.

Assim, o objetivo fundamental da República Federativa Brasileira de garantir o *desenvolvimento nacional*⁵⁹ pressupõe a conformação dos princípios constantes do art. 225 e do art. 170 da CF mediante a aplicação de uma economia que preserve o meio ambiente garantindo às atuais e às futuras gerações uma vida digna. O meio ambiente não é apenas uma questão de ética da República Brasileira, mas também possui a dimensão de orientar e determinar comportamentos públicos e privados que garantam a auto-sustentabilidade ambiental para as presentes e futuras gerações.

6 CONCLUSÕES

O Direito e a questão ambiental defrontaram-se de maneira explícita nos últimos tempos. A degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais, o aquecimento global são questões que não podiam mais ser ignoradas pelas ciências jurídicas. Nasce assim, o direito ambiental que tutela a qualidade de vida do meio ambiente, com o *status* direito fundamental da pessoa humana. Encontramo-nos, diante de uma nova projeção do direito à vida, e o ordenamento jurídico, a quem compete tutelar o interesse público, há que dar resposta coerente e eficaz a essa nova necessidade social.

No que se refere à proteção constitucional brasileira ao ambiente podemos considerar que a Constituição Federal brasileira, editada em 1988, pode pelo seu conteúdo ideológico e material-jurídico, ser denominada “verde”, tal o destaque que dá à proteção ambiental – traduzindo o que pode ser considerado um dos sistemas mais abrangentes e atuais do mundo sobre a tutela do meio ambiente, dispostos não só no capítulo VI do título VIII, positivado no único artigo 225, mas também em textos esparsos da Constituição, decorrentes do conteúdo multidisciplinar da matéria.

A inserção do meio ambiente como princípio da ordem econômica, como se vê no artigo 170 da Constituição Federal, significa a opção por um modelo de desenvolvimento sustentável, pretendendo conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos ambientais. Percebe-se que o comando constitucional tem o sentido de exigir a conciliação de dois valores fundamentais aparentemente conflitantes: desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

Porém é no artigo 225, que se encontra o núcleo temático relativo ao ambiente. Este artigo indica que a constituição brasileira abraçou, de

⁵⁹ Art. 3º, II, da CF.

modo inequívoco, o direito ao ambiente como direito fundamental no momento em que estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A positivação do Direito ao ambiente como um direito fundamental pressupõe a imposição à coletividade e ao poder público da obrigação de preservar e proteger o ambiente. Tal obrigação se trata de um dever constitucional, geral e positivo, representado por verdadeiras obrigações de fazer, de zelar pela defesa e preservação do ambiente, bem como vincula os atos administrativos, que se tornam suscetíveis de avaliação pelo Judiciário não só no tocante à sua conformação à lei (legalidade do ato impugnado), mas também e precipuamente à sua conformação e pertinência com os objetivos propostos pela Constituição Federal (constitucionalidade).

É mister que se faça aqui uma observação: apesar de toda a modernidade da legislação brasileira ainda temos muito o que caminhar em matéria de efetividade das normas ambientais, haja vista a dimensão continental do Brasil, a falta de recursos humanos e materiais e de vontade política para a concreção destas normas.